

SALÃO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XXIX SIC

UFRGS
PROPESQ



múltipla 
UNIVERSIDADE
inovadora  inspiradora

Evento	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale
Título	O financiamento em saúde e a perspectiva dos gestores municipais
Autor	JULIA NEGRI SAMPAIO
Orientador	ADRIANA ROESE RAMOS

Título: O financiamento em saúde e a perspectiva dos gestores municipais

Autora: Julia Negri Sampaio

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Roese

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Apresentação: O financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é um tema complexo, especialmente quando se analisa as realidades municipais. De acordo com a Lei Complementar nº141/2012, espera-se que os recursos destinados à saúde sejam bem distribuídos e que haja solidariedade entre os entes federativos, principalmente nos recursos financeiros. O objetivo do estudo foi analisar algumas fragilidades apresentadas pelos sistemas municipais de saúde em relação ao financiamento das ações em saúde. **Metodologia:** O presente estudo está vinculado a uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), sob chamada FAPERGS/MS/CNPq/SESRS n. 002/2013. Pesquisa qualitativa do tipo exploratória, com a área analisada composta por seis Municípios - Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, Glorinha, Porto Alegre e Viamão - articulados em uma das 30 Regiões de Saúde no Estado do Rio Grande do Sul. Os dados apresentados foram gerados a partir de entrevistas semiestruturadas, junto aos gestores municipais de saúde. Estas foram transcritas na íntegra e categorizadas a partir da análise de conteúdo. Salienta-se que o projeto foi aprovado pelos Comitês de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. **Resultados:** A relação entre competências e orçamentos tem sido desigual nos municípios estudados, tendo em vista que os s são inferiores às responsabilidades destinadas aos governos locais. Além disso, a demanda por bens e serviços de saúde é superior à oferta, contribuindo para a não realização da solidariedade entre os gestores, já que esta relação é presente em todos locais analisados. A forma como são divididos os recursos e os serviços prestados, como a atenção básica e a média complexidade influenciam na cooperação entre os serviços ofertados nos municípios. Colaborando para a falta de parcerias solidárias municipais, há a preocupação dos gestores locais em financiar bens e serviços de saúde para a região e não receber retorno por parte dos demais, onerando o orçamento de apenas um município. Uma alternativa encontrada pelos gestores como solução para aumentar os recursos financeiros das municipalidades é a adesão aos programas e políticas do Ministério da Saúde, por se tratarem de políticas com financiamento próprio para realização de seus serviços. **Considerações Finais:** A escassez dos recursos na saúde não é novidade, mas não deve ser tratada como uma normalidade e sim como um problema urgente, principalmente quando nos deparamos com o cenário político e econômico atual. O fortalecimento da regionalização é fundamental para responsabilizar cada ente federado a fornecer bens e serviços de saúde e os mesmos receber o orçamento que lhes competem, diminuindo a pressão sobre os Municípios, tornando a divisão de recursos e responsabilidades mais equânimes.

Referências: BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp141.htm Acesso em 11 de junho 2017.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº86, de 17 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm Acesso em 11 de junho de 2017.